

"Fujimori das bolanhas"?

Manuel Delgado

No complexo processo de transição na Guiné, tinham-se esquecido dos militares? O golpe que Ansumane Mané tentou dar em Novembro veio recordar os guineenses que um corpo militar vitorioso não pode ser simplesmente substituído por promessas de democracia feitas por um Fujimori africano em potência.

De repente, parecia abrir-se um "interregno de esperança". Mas foi bem fugaz: pouco mais de um dia, entre informações desencontradas sobre a sorte do herói de ontem, propiciador da democracia, "deus", segundo a pítia que o acompanhou enquanto, breve, cruzou os céus da Guiné – estamos a falar de Ansumane Mané –, e o início das prisões dos opositores políticos civis, que teriam aplaudido a sua tentativa de golpe. Tal como Kumba Ialá, em 1998, quando Mané encabeçou o levantamento militar contra o Presidente eleito, Nino Vieira.

Aparentemente, a crise foi breve, denunciando a capacidade da jovem democracia guineense de extirpar abcessos autoritários como Ansumane Mané. De facto, a questão residiria simplesmente em Mané não ter compreendido que, independentemente das credenciais "democráticas" que o levantamento de 7 de Junho de 1998 lhe conferiu, ao programar eliminar (matando – a intenção foi publicamente confessada) um presidente eleito, tais credenciais cunham-se fora da Guiné, e Kumba Ialá ainda mal iniciou a via-sacra que leva os magos dos direitos humanos a execrar hoje em África aqueles mesmos que ontem incensaram. Mesmo que acicatada pelas promessas condicionadas de ajuda financeira internacional – condição primeira de sobrevivência do país –, a democracia guineense teria relevado o seu processo sangrento de transição, promovendo eleições livres e justas e assentando estruturas civis baseadas no pluralismo partidário. A dualidade de legitimidades que entretanto persistiu teria agora sido superada pela reposição em 48 horas da legalidade constitucional e a submissão do grosso das Forças Armadas ao seu natural chefe de Estado Maior general, o Presidente da República.

Porém, cedo o próprio Presidente se encarregaria de desfazer tanta candura, ao ordenar ou ao avalizar a prisão dos principais dirigentes da oposição, acusados de terem incentivado e inclusive pegado em armas para subverter a ordem constitucional. Estaríamos, pois, diante duma tentativa de repetição de Junho de 1998, e ingénuos terão sido aqueles que então se espantaram de ver os líderes civis – o Presidente Kumba Ialá incluído – aplaudir tão entusiasticamente a "alternância armada".

Que algo semelhante ao que aconteceu neste Novembro de todos os golpes era inevitável na Guiné-Bissau, já o tinham predito aqueles que pediam mais tempo entre o silenciar dos canhões e a abertura das urnas de voto: mesmo na pós-modernidade, o que há de menos descartável é um corpo militar vitorioso. Não se pode, em nenhum tempo e em nenhuma latitude, dar simplesmente um "chega pr'a lá" ao cheiro à pólvora, só porque aí vem o cheiro a tinta do boletim de voto.

E, na verdade, mesmo com Portugal muito activo no processo de "alternância armada", tudo se passou como se os militares nunca tivessem existido. Nem sequer a experiência portuguesa de legitimidade dual, na sequência do golpe de estado de

Abril de 1974, foi tida em conta para lidar com a realidade da Junta Militar. Os líderes civis estavam a olhar para os militares que alegadamente tinham aberto caminho à democracia como os militares guineenses tinham vindo a olhar para si próprios desde o golpe de 14 de Novembro de 1980, quando Nino Vieira ascendeu ao poder pela força, desfez o projecto de unidade com Cabo Verde e, na prática, o PAIGC de Amílcar Cabral: como mais uma camada da cebola, que se descasca até à consumpção do aromático bolbo.

Sucederam-se episódios e “soluções” mais ou menos caricatos, o menos lustroso dos quais não terá sido a nomeação como ministros de Estado de todos os 18 membros da junta. O que, de um executivo, transformou o Governo de Caetano Intchamá num “fórum”, segundo observação irónica do responsável numa organização internacional.

Mas a própria crise que desembocou na fuga para parte incerta do líder da junta, depois de o seu bastião de Bissalanca ter sido tomado de assalto pelo seu antigo número dois, Veríssimo Seabra, durou muito mais do que aparentou: o Presidente nigeriano, Olesegum Obasanjo, terá mesmo convocado ao seu palácio os dois líderes guineenses, militar e civil, para tentar por cobro às suas notórias divergências, apagando assim mais um foco do arco de crise que vai da Gâmbia ao Norte do seu país imenso e diverso, passando pela Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria ou Costa do Marfim.

O impasse a que chegou qualquer acção prática do Governo desde as eleições motivou (recuso-me ainda a escrever “foi pretexto”) que as instâncias internacionais fossem adiando a concretização das suas promessas de ajuda financeira, a prioridade das quais iria para a desmilitarização e reconversão das forças armadas, que neste momento somam o número absurdo de 26.000 homens, numa população de pouco mais de um milhão de habitantes.

Impasse, inacção, adiamento, crise – tudo em nome duma “ortodoxia democrática” que leva aqueles mesmos que aceitam ou incentivam as alternâncias armadas, como punição de alegadas violações dos direitos do homem e da corrupção, a ignorar as realidades criadas pelas que são entendidas como exigências do “governo mundial”.

Kumba Ialá e a facção militar que aparentemente lhe é leal parecem não ter entendido as nuances. Ou talvez estejam a forçar a nota, a ver até onde pára o baile: que ele se transforme num “Fujimori das bolanhas” (planície) depende da importância que seja atribuída à Guiné-Bissau como factor de estabilização da África Ocidental.

Caso (duvidoso) essa importância fosse considerada decisiva, todas as excepções (incluindo a das liberdades) seriam consentidas, devidamente almofadadas numa ajuda financeira e técnica maciça. O aparato com que a missão das Nações Unidas em Bissau tem participado na captura-protecção dos militares derrotados poderá ser entendido como início de um protectorado informal?

O aval de Portugal, que desde 1998 deixou claro que procura reganhar um pé de influência autónoma nessa região, também não é despreciando. Agora que ficou claro que ao Senegal também interessa a estabilização do mandato de Kumba Ialá, já que o prolongamento do conflito implica estreitamento da conexão com os rebeldes da Casamança, facilitará o diálogo com a França no seio da União Europeia. Mas a eficácia do “duplo protectorado” Nações Unidas/Embaixada de Portugal, visível em Bissau, passaria por um repensar da cooperação portuguesa, que não tem sido capaz de desfazer o nó entre a grandeza do desejo e a pequenez das realidades práticas.

Resta que os guineenses, tendo à sua frente um “Fujimori das bolanhas” ou um genuíno democrata, têm de realizar que não há boa-vontade ou acção externa que consolide o que é tão etéreo como o inesgotável desejo de vingança, nascido da fuga às responsabilidades próprias e da permanente atribuição de culpas àquilo ou àqueles que são o outro.

Assim sendo, quem sabe ganharia outra pertinência a proposta do Comandante Pedro Pires, na recente reunião do Comité África da Internacional Socialista, de que se passasse a incluir o estudo do papel dos golpes de estado como factor de transição democrática no continente.